

MULHERES CAMPONESAS CONSTRUINDO TERRITÓRIOS AGROECOLÓGICOS, NA LUTA POR POLÍTICAS PÚBLICAS

Julciane Inês Anzilago¹
Clifford Andrew Welch²

RESUMO: A intencionalidade deste trabalho é descrever um pouco das políticas públicas voltadas para o campo nesse último período, com um olhar sobre as questões do desenvolvimento, que são pautadas nos territórios camponeses, estes entendidos como um espaço de conflitos. As políticas públicas de governo no campo, na maioria das vezes, foram formuladas a partir de uma demanda necessária de grupos sociais organizados que as pautam como bandeiras de luta, ou seja, essas políticas surgem em sua maioria embasadas em necessidades concretas, ocasionadas pelo processo histórico do modelo de agricultura adotado na agricultura brasileira. Em se tratando das mulheres não foi diferente, pois as políticas voltadas para elas são frutos da luta, entendendo as políticas públicas como um direito dos camponeses e camponesas. Dar continuidade na produção de alimentos e na permanência destes como sujeitos e sujeitas no campo, trabalhando a agroecologia como uma forma saudável de produção, na contribuição da saúde das famílias, e das comunidades locais, preservando o meio ambiente, a cultura dos povos e o enfrentamento ao modelo de produção do agronegócio. Por outro lado vale ressaltar que os camponeses e camponesas desenvolvem atividades autônomas de produção e reprodução da vida nos territórios.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Mulheres Camponesas. Agroecologia.

ABSTRACT: The intent of this work is to describe some of the public politics for the field in this last period with a look at development issues that are guided in the territories peasants, these understood as an area of conflict. Public policies of government in the field, for the most part, have been formulated from a necessary demand of organized social groups that guided as they battle flags, so these policies come mostly informed practical needs caused by the historical process agriculture model adopted in Brazilian agriculture. In the case of women was no different, as the policies for they are the result of the struggle, understanding the public politics as a right of peasants. Continue in food production and permanence as subjects and subject in the field working agroecology as a healthy form of production, the contribution of health of families and local communities, preserving the environment, the culture of the people and the coping the agribusiness production model. On the other hand it is noteworthy that the peasants develop autonomous activities of production and reproduction of life in the territory.

Keywords: Public Politics. Peasant Women. Agroecology.

¹Mestre em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) - Campus Presidente Prudente. É membro do Movimento de Mulheres Camponesas, atua na articulação das mulheres no Estado de Goiás-Brasil. Professora da Faculdade Serra da Mesa, Uruaçu-GO. E-mail: julcianemmc@yahoo.com.br.

²Doutor em História pela Duke University, Mestre em História pela University of Maryland em College Park e professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e pesquisador da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). E-mail: cliff.a.welch@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho que pretendo discorrer é parte de um estudo teórico trabalhando Territórios Camponeses, Agroecologia e Políticas Públicas, em paralelo a um estudo de caso: o Assentamento de Reforma Agrária Fernando Silva, localizado no município de Porangatu, Estado de Goiás. Vale ressaltar que as mulheres que contribuíram na pesquisa de campo, respondendo ao questionário fazem parte do Grupo de Mulheres organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas. O artigo trabalha alguns conceitos importantes como: campesinato, movimentos sociais, gênero, entre outros, indispensáveis quando pensamos os territórios camponeses e a realidade vivida pelas famílias do campo.

2 MULHERES CAMPONESAS E O TERRITÓRIO

Partindo do pressuposto de que o território é um espaço de disputas, o território camponês caracteriza-se por essa disputa, seja ela pelo sistema de produção capitalista ou pelo modo de produção camponesa, entre outras intrínsecas dentro do mesmo. Segundo Saquet e Spósito:

O território (...) é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geocológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. (SAQUET & SPÓSITO, 2009, p.59).

As disputas se manifestam na tentativa de domínio de um ou de outro, nos aspectos que diz respeito ao jeito de desenvolver esses territórios entendendo o desenvolvimento de dois pontos de vista: o dos camponeses como tentativa de permanecer no campo e dele fazer um espaço de sobrevivência e reprodução da vida e, o desenvolvimento do capitalismo que tem um olhar sobre o campo de geração de lucro e apropriação dos territórios.

Nesse sentido, os camponeses buscam historicamente manter-se nesse espaço, como um espaço de reprodução da vida e construção de vida baseada nos valores do cuidado com a natureza e com os seres humanos. Mas, vale ressaltar que o território camponês é um espaço de disputas de poder e inclusive exploração do trabalho humano, como é o caso do trabalho feminino. Sendo assim, as mulheres ocupam um lugar subalternizado dentro das relações de

poder dentro das famílias camponesas, em se tratando das relações de trabalho, da participação nas decisões, na repartição do dinheiro. Inclusive as mulheres desempenham um papel importante na educação das crianças e no cuidado com os idosos e que não é reconhecido no senso comum da sociedade.

As políticas públicas governamentais vêm para os camponeses não como uma bondade, mas como o fruto de lutas e de organização. Apesar de no último período, contribuírem para garantir o desenvolvimento do campo, por outro atuam como forma de amenizar as reações de luta dos camponeses. É perceptível essas contradições encontradas dentro das políticas públicas desenvolvidas e aplicadas no campo brasileiro.

2.1 MUDANÇAS NO CAMPO E POLÍTICAS PÚBLICAS

No período dos anos 1980, o campo brasileiro sofre uma significativa e grande mudança no setor agrícola. Onde passa de produtor de matéria-prima a uma potência industrial tendo dois focos importantes: a mecanização do espaço rural e o fornecimento de massa camponesa para as fábricas (PALUDO, 2009), as máquinas agrícolas liberavam mão-de-obra, em nome da produtividade e as máquinas industriais precisavam dessa mão-de-obra para manejá-las. Passou de agrícola para industrial. Segundo Bacelar (2003, p.01 e 02):

Essencialmente, o que caracterizava o Estado brasileiro nesse período (1920-1980) era seu caráter desenvolvimentista, conservador, centralizador e autoritário. Não era um Estado de Bem-Estar Social. O Estado era o promotor do desenvolvimento e não o transformador das relações da sociedade. Um Estado conservador que logrou promover transformações fantásticas sem alterar a estrutura de propriedade, por exemplo. Nessa fase, o grande objetivo do Estado brasileiro era consolidar o processo de industrialização. Desde o começo do século, optou-se pela industrialização. A grande tarefa era consolidar esse processo e fazer do Brasil uma grande potência. Assim, o grande objetivo era de ordem econômica: construir uma potência intermediária no cenário mundial. O Estado desempenhava a função de promover a acumulação privada na esfera produtiva. O essencial das políticas públicas estava voltado para promover o crescimento econômico, acelerando o processo de industrialização, o que era pretendido pelo Estado brasileiro, sem a transformação das relações de propriedade na sociedade brasileira (BACELAR, 2003, p. 01 e 02).

Dessa maneira as políticas públicas eram setoriais voltadas para setores rurais em vista do desenvolvimento. Desse modo, as famílias camponesas não foram contempladas nessas políticas. A partir dos anos 1980, por toda essa situação e 1990 com a implantação do modelo

neoliberalismo, os movimentos sociais do campo começam a lutar e a reivindicar essas políticas públicas, segundo Hespanhol (2008, p. 01):

No âmbito do rural, uma das primeiras alterações ocorridas foi a criação em meados dos anos 1990, de uma política nacional direcionada para a agricultura familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Esse programa, além de contemplar crédito rural para custeio e investimento, trazia em seu bojo, pelo menos ao nível do discurso, a preocupação territorial, por meio da linha PRONAF Infra-Estrutura e Serviços Municipais (HESPANHOL, 2008, p.01).

Com a criação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), fornecia-se atividades para que as mulheres se tornassem “melhores”, ou seja, foram criados clube de mães, responsáveis pelos cursos de bordado, crochê, culinária, etc. A mulher como “rainha do lar”... as funções de agradar e servir, tirando-lhes o papel central do trabalho considerado produtivo, nas unidades de produção (PALUDO, 2009).

A abordagem às políticas públicas remete ao campo dos direitos sociais, das lutas e conquistas para tal. Em se tratando de mulheres camponesas, desde já, se pode afirmar que há poucos anos as mulheres camponesas foram percebidas como sujeitos com acesso a tais políticas, no Brasil. Mediante este fato é que se deve o reconhecimento às lutas reivindicatórias desencadeadas e efetuadas por elas mesmas, organizadas em Movimentos Sociais Populares, especialmente da década de 80 aos dias atuais.

O senso comum ainda está impregnado de concepções de que o campo é um lugar inferior, e por consequência, os sujeitos deste universo também são estereotipados (as). Sabe-se, que atualmente há algumas políticas públicas e projetos específicos para o campo que, há algumas décadas sequer existiam. Nesse sentido, pelo menos, o campo já é reconhecido como um lugar, de práticas diferenciadas, por mais que o parâmetro estabelecido enquanto qualidade de vida seja o urbano, por exemplo.

Em grande medida, ainda o campo e cidade parecem ser dois mundo separados. No entanto, quando se trata de direitos sociais das pessoas, pelo menos em termos de legislação é assegurada a igualdade, conforme o artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantido-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito a vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. A partir disso, as políticas

públicas são instrumentos para garantir que a possibilidade de menor desigualdade seja possível, independentemente de onde vivem os sujeitos, ainda diz: “dentro do território nacional e sem discriminação de gênero, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas discriminatórias.”

Convém salientar que a igualdade de direitos nos dias atuais, pelo fato de haver garantia em Lei, admite o avanço no campo sociológico de direitos, inclusive com relação ao reconhecimento das mulheres camponesas, as quais até a Constituição Federal de 1988 não eram consideradas como categoria de trabalho. De outro lado, é interessante não perder de vista que se vive numa sociedade patriarcal³: desigual desde uma perspectiva de classe, gênero, etnia, mantendo as mulheres em grande medida, subjugadas e inferiorizadas, apesar de conseguirem certas conquistas, devido às suas lutas nas últimas décadas.

Desde o aspecto das lutas sociais desencadeadas por mulheres, devido às tantas opressões sobre elas, foi necessário que construíssem movimentos e organizações específicas, ou que viessem a se inserir e atuar em espaços de poder em organizações mistas. Neste aspecto, a contribuição do movimento feminista, direta ou indiretamente, precisa ser destacada, devido ao fato de ser um dos primeiros movimentos que pautou minimamente direitos das mulheres ao espaço público e políticas públicas específicas para elas.

Uma primeira observação necessária é com relação ao campo, entendido aqui como local da pequena agricultura e campesinato, sendo antagônico, portanto, projeto atual do agronegócio⁴. Diante disso, a afirmação para requerer alguma ponderação no sentido receber de políticas para o campo, mas sim, este, como local para onde são direcionadas tais políticas, em grande parte, sem a participação efetiva dos sujeitos camponeses e camponesas.

3 CAMPONESES/AS: CONCEITOS E LUTAS DAS MULHERES

De acordo com Speyer (1983), o campesinato brasileiro originalmente foi constituído por indígenas, africanos e portugueses e, sem dúvida teve como função a produção de alimentos tanto para a viabilização do campesinato quanto para o abastecimento das primeiras cidades. Ressalta ainda, que se acentuou grandemente a dicotomia urbano-rural,

³Do patriarcado, o qual estabelece com base na superioridade masculina (patris-pai- poder) entre 20.000 a 10.000 anos A.C, quando a sociedade primitiva dá lugar à sociedade escravocrata, já com o germe do capitalismo (Muraro, 2004). Para Saffioti (2001) apud Richartz (2004), o patriarcado trás implícita a noção de relações hierarquizadas entre os seres humanos com poderes desiguais e, além disso, trás as ferramentas explicativas para as desigualdades transformadas em subordinação das mulheres.

⁴Setor agrícola empresarial, em geral dependente de subsídios governamentais e capital transnacional. Sua atuação no campo, de maneira mais explícita no Brasil, se evidencia da década de 90 em diante.

especialmente com a vinda da família real ao Brasil no início do século XIX, quando o ideário passou a ser o modo de vida da corte, em detrimento do “atraso” que significava viver no campo. Bernardo Fernandes, no livro *a Delimitação Conceitual do Campesinato* (2004):

O camponês é um sujeito historicamente subalterno. Existe e tem sua perspectiva no espaço de subordinação permitido pelo capital. Isso não significa aceitar essa condição e considerá-la natural. Isso também pode significar a luta contra esse estado permanente de exploração, expropriação, destruição e recriação. As resistências aos diferentes tipos de exploração são características históricas, culturais e políticas do campesinato. Delimitar o conceito de camponês somente a partir de sua estrutura organizacional não é suficiente. Todavia, não é possível definir o conceito de camponês sem considerá-la. Portanto, o camponês é compreendido por sua base familiar. Pelo trabalho da família na sua própria terra ou na terra alheia, por meio do trabalho associativo, na organização cooperativa, no mutirão, no trabalho coletivo, comunitário ou individual. A base familiar é uma das principais referências para delimitar o conceito de campesinato. Em toda sua existência essa base foi mantida e é característica fundamental para compreendê-la⁵. (FERNANDES, p. 03, 2004).

Diante de tais fatos se constata que, num primeiro momento e durante muito tempo, não havia propriamente políticas direcionadas ao campo e, talvez uma das primeiras tenha sido a doação ou facilitação na aquisição de pequenas parcelas de terra, sementes e ferramentas, como políticas de imigração para “tirar o país do atraso” em que se encontrava. Apesar de os chamados colonos, os quais eram camponesas e camponeses, que vieram com função já definida, sendo ela fundamental e necessária para o país, essas pessoas não deixavam de ser menosprezadas pelo fato de não serem na cidade.

Para tanto, a uma grande parcela desses sujeitos e sujeitas do campo Brasileiro que permanecem no campo, como um espaço de produção e reprodução da vida, apesar de nos últimos períodos ter ocorrido uma diminuição. São os camponeses e camponesas agricultores e agricultoras familiares que permanecem na resistência e produzem aproximadamente 87% da comida brasileira. Segundo o Censo Agropecuária-Agricultura familiar (2006, p.01): “A agricultura familiar produz 87% da produção de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% da produção de milho, 38% da produção de café, 34% da produção de arroz, 58% da produção de leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos.”

⁵Texto elaborado por Bernardo Mançano Fernandes para debate do item 2.1.1. do Plano Camponês. Esta é uma primeira versão que precisa ser discutida, ampliada com as considerações a serem feitas e complementadas pela contribuição de outros colaboradores.

Pode-se afirmar que as famílias camponesas ainda têm certa autonomia em relação aos seus territórios, por mais que o capital o atente de várias maneiras, isso se manifesta pela produção citada acima e, também pelas formas de como essas famílias se organizam e se relacionam com as comunidades vizinhas. Nesses espaços são desenvolvidas práticas e relações de comercialização, a troca, a entre ajuda, que vão além do domínio do poder público ou entidades de empresas de controle. São os mutirões de trabalho a entre ajuda, as trocas de sementes mudas, animais, feiras, entre outros.

Por isso que as mulheres sentem com maior intensidade o avanço desse modelo de agricultura porque são elas que têm a "tarefa" (coloco entre "" porque compreendemos que essas tarefas também são tarefas que devem ser discutidas e divididas entre homens e mulheres). O projeto de Agricultura se sustenta, pois é fundamentado nos princípios da agroecologia da promoção da vida, com soberania dos povos (PALUDO, 2009 p.124), do cuidado do autoconsumo familiar, da horta, do pomar, das sementes crioulas, das plantas medicinais (chás, elixires, essências, florais). Essas expressões são antagônicas ao modelo vigente na agricultura nos dias atuais.

Segundo a lógica da implantação do modelo de agricultura do agronegócio, cito abaixo um exemplo de consequência deste sob a agricultura brasileira. O Brasil foi pelo segundo ano consecutivo, o primeiro colocado no ranking mundial de consumo de agrotóxicos. Mais de 1 milhão de toneladas (o equivalente a mais de 1 bilhão de litros) de veneno foram jogados nas lavouras em 2009, de acordo com o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defensivos Agrícolas. E, as mulheres assumem na prática a luta contra os agrotóxicos.

As mulheres camponesas organizadas no MMC⁶, propõe um Projeto de Agricultura Camponesa na ótica feminista, fruto da elaboração coletiva das próprias mulheres que se baseia na produção agroecológica, na soberania alimentar dos povos que se baseia em alguns eixos fundamentais que são descritos em seguida:

- Ambiental: é necessário respeitar o ambiente como um todo incluindo os seres humanos, construindo nova relações das pessoas com a natureza, respeitar os ciclos naturais construindo sustentabilidade;
- Mudança de estrutura agrária: fazer uma reforma agrária que desconcentre a terra, que construa autonomia dos povos, como parte do desenvolvimento do campo na perspectiva popular, enfrentando o latifúndio e o agronegócio;

⁶ Movimento de Mulheres Camponesas

- Economia camponesa: construir alternativas de produção como a agroecologia, alternativas de acesso e controle dos meios de produção, construir sustentabilidade camponesa, soberania alimentar, valorar e valorizar o trabalho histórico das mulheres na produção de alimentos e o todo do trabalho feminino;
- Políticas públicas: fazer acontecer políticas públicas que de fato promovam o desenvolvimento das unidades camponesas de produção, baseadas na soberania camponesa, como educação do campo, previdência pública universal e solidária, saúde pública integral e de qualidade, subsídio público para investimento na agricultura camponesa, com seguro agrícola; produção de alimentos, moradia digna, saneamento, luz, estradas, lazer, tecnologia e maquinários apropriados para a agricultura camponesa para facilitar o trabalho humano;
- Cultura camponesa e feminista: valorizar o espaço camponês de vida em sua diversidade de arte, crenças rezas, danças, festas, cirandas, rodas de viola, literatura entre outras. Ressignificar as relações humanas repudiando o patriarcado, o machismo e o capitalismo como forma de opressão sobre as mulheres.
- Valorização e participação das mulheres: valorizar o protagonismo das mulheres, fortalecendo a participação das mulheres nos espaços de decisão, negando a herança histórica de discriminação, garantindo o desenvolvimento com a manutenção e avanço do campesinato.

Em se tratando da luta das mulheres especificamente nesse último período de 2009 à 2013, as camponesas entrevistadas tem levantado alguns elementos importantes na luta das mulheres do assentamento que gira em torno de alguns elementos que traz a reflexão de como mulheres se apropriam e fazem as conquistas acontecer. Aparecem muito forte alguns elementos importantes: a luta pela terra e a conquista do assentamento e a luta pelos direitos da Previdência Social. Ainda mais timidamente aparece a questão da independência e liberdade.

Prova disso é o fato de que a titulação da terra ao nome das mulheres é reconhecida como fruto da organização das mulheres e do enfrentamento ao modelo de titulação de terra no Brasil, principalmente da reforma agrária. As mulheres dizem que ter a terra no nome delas dá mais segurança na continuidade e no desenvolvimento da unidade de produção camponesa, Elenice Maria de Paula diz: “eu acho que a mulher ter terra é ter segurança, porque nós pensamos nos filhos e temos que guardar para eles, é segurança, os homens sempre pensam em qualquer coisa que acontece, quer vender a terra.”

As mulheres consideram a terra como um espaço de produção da vida e um sonho realizado. Maria de Lurdes Pereira Frades diz quando perguntada o que significa a mulher ter terra: “Significa tanta coisa que nem sei como explicar. Eu gosto muito de viver na roça, nasci e cresci na roça, é sair da cidade e vir pra roça, é sair de trabalhar para os outros e ir ao lugar da gente. Vir no assentamento conquistar a terra é sair do inferno e ir para o céu. As vezes fica contrariado mas passa, aqui é meu, saber que é meu é muito bom.”

3.1 A REALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ASSENTAMENTO FERNANDO SILVA

Quando perguntadas em relação às políticas públicas, as mulheres do assentamento disseram que tem: as políticas do INCRA - Crédito adicional (casa) R\$ 15.000,00, Apoio inicial R\$ 2.400,00 (ferramentas, alimentos), que foi deliberada logo que foram assentados. As políticas do Governo Federal, que inclui a Bolsa Família que já é acessado a algum tempo e o Programa Luz para Todos que é mais recente, onde as famílias tem energia elétrica, desde junho de 2012. A prefeitura tem contribuído com a construção e manutenção de estradas e aração de terras para os assentados. Aparece ainda que o MMC tem contribuído na formação das mulheres, não como política pública, mas como incentivo e formação das mulheres.

As políticas públicas, se olhadas superficialmente parece que elas dão conta de suprir as necessidades exigidas pelo público do campo, elas até podem existir, porém na realidade não são acessadas com facilidade, merecendo nesse caminho a organização dos grupos sociais que travam as lutas para buscar esse direito. Na verdade, as políticas têm esse viés duplo, por um lado o mito da existência delas e, por outro a dificuldade de acesso tal.

Vê-se que a luta pelo acesso as políticas de crédito, embora as entrevistadas apontam as dificuldades de apoio financeiro ao desenvolvimento do apoio produtivo e geração de renda, elas consideram a defesa das conquistas destas políticas como parte das estratégias, tanto da resistência no campo, tanto do resultado da conquistas das famílias camponesas que teimam e lutam para viver no campo. Portanto, tais políticas ao implicar na melhoria de vida das populações rurais influem positivamente no desenvolvimento do campo e no bem estar da coletividade. Assim, a participação das mulheres camponesas na defesa e implantação destas políticas é uma ação inovadora e propicia fortalecer a resistência camponesa.

As mulheres ressaltam a necessidade de políticas públicas que contribuam no sentido da geração de renda das famílias, ou seja, recursos que venham de encontro ao anseio das mulheres e, que garantam o trabalho produtivo das mulheres e das famílias camponesas.

Contribuindo desta forma, para que as famílias permaneçam e desenvolvam suas unidades de produção camponesa, sem necessitar do trabalho além do assentamento, como é prática de trabalho de mulheres diaristas. Uma política mencionada pelas mulheres é o Crédito Apoio Mulher e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), compreendido pelas mulheres que estes ajudariam no desenvolvimento e geração de renda do assentamento. Essas políticas são de infraestrutura básica, porém não são políticas estruturantes de organização de produção e do trabalho das famílias camponesas, que poderiam ajudar na emancipação e autonomia das comunidades rurais.

Em outros momentos as mulheres também mencionam o trabalho coletivo de grupo de mulheres como anseio e sonho das mulheres assentadas, como forma de permanência e avanço do Assentamento.

O trabalho realizado com as famílias, as longas jornadas de trabalho e a forma como são organizadas em lotes individuais e na casa, dificulta que elas possam se organizar nos trabalhos coletivos entre elas mesmas, pois parte dos homens trabalham de diaristas na região, para poder contribuir na renda da família. Ficando assim, para as mulheres a tarefa de cuidar da organização da unidade produtiva. E, isso recoloca a importância de refletir sobre a forma de organização da produção, o controle do trabalho na terra e dos recursos do assentamento.

Praticamente quem mantém o assentamento em termos de desenvolvimento da produção e permanência das famílias na terra são as mulheres, afirmo isso porque, também de acordo aos dados coletados, observamos que 80% das entrevistadas colocam a terra como conquista das lutas, como projeto de futuro e, portanto, desejam permanecer no campo. E, coloca a condição de ter acesso a terra como elemento da segurança familiar, são elas que na maioria do tempo permanecem na unidade de produção, plantando o autoconsumo, a criação de animais, enfim o trabalho relacionado a produção da terra geralmente são as mulheres que desenvolvem.

Os homens desempenham outras funções, que é além do cuidado, principalmente com o gado de corte e o trabalho de diarista, para além da parcela. Eles trabalham de diaristas na roçada de pasto, de pedreiro, colheita de lavouras de milho, arroz, gergelim, entre outros, em outras propriedades. Porém é visível que, mesmo trabalhando fora, a maioria dos homens trabalham na produção agrícola e não em trabalhos urbanos. Esse trabalho de diarista dos homens se justifica pelo fato, que as condições de produção na unidade de produção camponesa deste assentamento, não asseguram as condições necessárias de vida no assentamento, por falta de políticas de incentivo à produção e geração de renda.

Mesmo assim, boa parte das mulheres afirmam que o Assentamento é o lugar mais apropriado de viver, criar os filhos ter uma vida sossegada e tranqüila. Rosalina Pereira Frades diz: “melhorou em todos os sentidos, tem tranqüilidade de fazer o que quiser. A maioria das coisas de consumo, comida a gente tira da terra, aproveitando a diversidade de alimentos, frutas... da propriedade; trabalha por conta própria e não é mandado de ninguém.” Elenice Maria de Paula argumenta: “nunca pensei nisso, melhorou muito, melhorou a casa, que é sua; a terra que é sua e o que produz é seu... é bom demaaaaais!”

É possível fazer uma análise comparatória de duas questões importantes que relacionam o que tem de políticas públicas e o que falta para o assentamento. Veja o Quadro 1, a partir das respostas das mulheres:

Quadro 1: Aplicação de Políticas Públicas no Assentamento Fernando Silva.

Mulher assentada	Quais as políticas públicas que são aplicadas no assentamento?	O que falta para sua família ter condições de melhorar de vida no Assentamento?
Maria Aparecida Machado	“Casa/habitação, (não pegou o Pronaf e o Pronaf Mulher, bolsa família e energia ⁷).	“Falta jeito de trabalhar, condições de garantir renda aqui dentro do assentamento.”
Maria Parecida Ferreira de Oliveira	“Apoio inicial para o Assentamento INCRA, Atividades do MMC/seminários, Moradia, Bolsa família;” (Pronaf para o gado não saiu, Luz pra todos ⁸ em 2012).	“Ter incentivos para dar continuidade/ Pronaf/ ter projetos de produção de renda recurso para permanecer no assentamento.”
Rosalina Pereira Frades	“Crédito apoio adicional de R\$ 15.000,00 para casa/moradia,apoio inicial de R\$ 2.400,00 ⁹ ”.	“Falta dinheiro, oportunidade de comercializar a produção das famílias.”
Lúcia Pereira de Sousa	“Aração de terra da prefeitura, estrada arrumada, transporte escolar.”	“Falta dinheiro, condições financeiras.”
Cristiane Alves da Silva	“Energia elétrica (não recebeu o apoio inicial e nem o dinheiro da casa, o que fez na casa é por conta própria e o INCRA nunca arrumou a papelada para regularizar ¹⁰).”	“Melhor moradia e assistência do INCRA não só para mim, mas para todos. Assistência médica, melhorar o transporte para levar na cidade, não tem como vender as coisas na cidade, não tem ponte para passar o ônibus;”
Solange Pereira de Carvalho	“Apoio inicial para alimentos e ferramentas, apoio habitação, energia (não recebeu o fomento que é para semente adubo e arame, não recebe a bolsa família).”	“Falta muita coisa aqui, não tem renda, a dificuldade é muita não tem emprego fixo, é difícil.”

⁷ Essa política existe no Assentamento, mas essa família especificamente ainda não acessou.

⁸ Idem nota anterior.

⁹ Este é o apoio previsto, mas de fato pegaram, se o recurso prever só a produção e como de fato é, é importante ressaltar em comentários embaixo que mesmo em caso de acessar os parques recursos destinados a produção, ainda é colocado como parte da resistência e luta por conquista que os financiamentos e políticas públicas incorporem políticas de comercialização da produção. Este é um eixo do processo produtivo que praticamente no assentamento pesquisado não aparece nenhum incentivo ou conquista de política pelos camponeses neste aspecto.

¹⁰ Essa política existe no Assentamento, mas essa família especificamente ainda não acessou.

Maria de Lurdes Pereira Frades	“A estrada quem arrumou o ano passado foi a prefeitura, não pego o apoio inicial, não pego o recurso para casa/habitação, pego a energia elétrica Luz para todos, lote.”	“Transporte, linha de ônibus dentro do assentamento, não tem transporte público/escola para as crianças/moradia digna/ ter algo que gere renda dentro do assentamento sem ter que trabalhar fora do assentamento.”
Elenice Maria de Paula	“A energia foi tudo, facilitou muito para lavar roupa, ajuda excelente, apoio inicial, bolsa família.”	“Falta liberar recursos para a produção de renda, ter oportunidade de investir mais além do leite, porque tudo o que vai fazer precisa de dinheiro.”
Isaura Ferreira Lopes Costa	“Apoio inicial, energia elétrica, somos aposentados os dois da previdência social.”	“Dinheiro, verba, projeto de investimento geração de renda.”
Quilva Abadia da Costa Silva	“Energia elétrica, moradia/casa.”	“Mais oportunidade e apoio do governo, os benefícios de direito, não tem Pronaf ainda, não pegamos os benefícios ainda.”

Fonte: Próprio Autor (2015).

Analisando as políticas públicas aplicadas no assentamento, quando as mulheres são perguntadas o que melhorou depois das políticas públicas que foram aplicadas, incluindo aqui a política de assentamento, energia elétrica, apoio inicial, bolsa família, elas tem revelado que a vida no geral melhorou, pois articulam as políticas principalmente com a vida tranqüila, que o assentamento proporciona para as famílias. Somente uma entrevistada relata que não mudou nada. Para as mulheres ter uma casa boa, ter energia elétrica bolsa família tem um significado muito importante, pois esses elementos pertencem ao espaço que é de domínio delas, que é principalmente a casa.

A terra, expressado no assentamento retrata a importância delas morar ali e construir novas relações. Neste sentido, as mulheres se sentem "donas" da terra, primeiro porque a titulação é no nome delas e segundo, porque as mulheres conseguiram pautar o debate das mulheres em relação à igualdade entre homens e mulheres. Às vezes, as mulheres deixam perceber em suas falas, que os homens têm ciúmes, por elas terem o título da terra.

Portanto, esses pontos acima são algumas proposição e que julgo ser necessário desenvolver no intuito de ressignificar e desenvolver os territórios camponeses como um espaço de produção e reprodução da vida e, construção de soberania e autonomia, principalmente das mulheres.

Diante de tudo o que foi discutido é merecido ressaltar que historicamente as políticas públicas sempre foram tentativas de desenvolver o campo no sentido de afirmar o campesinato como modo de vida, e que sempre foram frutos de luta organizada.

Neste sentido há três elementos fundamentais que permeiam esse histórico e que são necessários considerar, pois é a partir da organização, da formação e das lutas que se

concretizam as bandeira de luta e as conquistas obtidas até hoje, em se tratando do desenvolvimento do campo. É tempo de resistência e de teimosia! Construir modo camponês significa fazer o enfrentamento ao latifúndio, ao agronegócio, as empresas transnacionais, monoculturas e isso se concretizam na construção do modo camponês de produção e na luta organizada dos camponeses e das camponesas, tendo como base a agroecologia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As famílias camponesas vivem no modelo de produção capitalista, há relações de exploração de classe e de gênero, porém em se tratando da produção que as mulheres desenvolvem vale ressaltar que a produção camponesa de alimentos para o autoconsumo familiar feita pelas mulheres nega os padrões do capital, pois esta tem autonomia sobre suas pequenas parcelas de terra para produzir, mas relações de troca.

Para as monoculturas o valor é outro porque este é comercializado e recebe valor monetário, dinheiro, fazendo com que esse espaço que por algum tempo foi de produção de alimentos e diversidade, se coloca como território do capital.

O capital se territorializa, entendendo o território como espaço de poder, homogeniza e individualiza a produção e as relações de produção, se apropria da força de trabalho, do lucro da produção que se materializa na circulação. As mulheres camponesas rechaçam pelo fato de serem autônomas em sua produção de autoconsumo e domínio sobre o território utilizado, negam o capital, reafirmando a importância desses espaços de produção pra reprodução familiar das camponesas.

Cito elementos importantes relatados na pesquisa de campo, exemplificado pelas pesquisadas, como os programas governamentais e políticas de assentamento, de crédito, entre outros. Porém, os programas não têm conseguido manter a dinâmica das famílias camponesas na produção das famílias, fato é que a maioria dos homens das famílias assentadas prestam serviço de diaristas em lavouras e na construção civil, para garantir a entrada de dinheiro nas unidades de produção e, quem de fato faz a produção de autosustento e venda do excedente são as mulheres.

É praticamente consenso, a melhora de vida depois que as famílias foram assentadas, porém há a necessidade de investimento na geração de renda das famílias, produção, industrialização e comercialização. E, as famílias pretendem permanecer no assentamento, pois além de ser uma conquista é fruto da lutas.

Há uma divisão do trabalho entre homens e mulheres, público e privado, com retorno de dinheiro e sem retorno de dinheiro, respectivamente, as mulheres são detentoras do dinheiro, porém esse dinheiro é gasto praticamente na compra em mercados, onde quase na maioria, também são as mulheres que fazem as compras, ou seja, o pouco dinheiro retorna nas necessidades básicas da unidade de produção.

Se olharmos do ponto de vista do trabalho e das relações de trabalho e de classe, há um aprofundamento na exploração das mulheres, por um lado o sistema capitalista cada vez mais impregnado nas relações de produção e expressado no caso do campo, na face do agronegócio, comprometendo o ciclo camponês e, por outro o patriarcado que se aprofunda sutilmente nas relações intrínsecas de poder.

É necessário superar essas desigualdades de gênero e classe, transformar relações, as bases materiais que sustentam a cultura dominante e, construir novas relações humanas e com a natureza, destruindo as formas de opressão de gênero e de classe.

REFERÊNCIAS

BACELAR, Tânia. **As Políticas Públicas no Brasil: heranças tendências e desafios**. Disponível em: <franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/>. Acesso em: 25 de dezembro de 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 22 de dezembro de 2009.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Delimitação Conceitual do Campesinato**. 2004. Disponível em: <WWW.coptec.org.br>. Acesso em: 25 de dezembro de 2011.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Sobre a Tipologia de Territórios**. Disponível em: <http://acciontierra.org/IMG/pdf/BERNARDO_TIPOLOGIA_DE_TERRITORIOS.pdf>. Acesso em: 22 de dezembro de 2015.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Mudança de concepção das políticas públicas para o campo brasileiro: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2008, vol. XII, n.º. 270. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-79.htm>>. Acesso em: 08 de dezembro de 2010.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. IBGE. Censo Agropecuário-Agricultura Familiar. Comunicação Social de 30 de setembro de 2009. Acesso em: 08 de dezembro de 2010.

PALUDO, Conceição. **Mulheres, resistência e luta: em defesa da vida**. São Leopoldo: CEBI, 2009. 171p.

SPEYER, Anne Marie. **Educação e Campesinato: uma educação para o homem do meio rural**. São Paulo: Loyola, 1983. 145p.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e Territorialidades teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 368p.